



FLÁVIA FREITAS/OAB-RJ

Iniciativa tem apoio da OAB-RJ, que já registrou milhares de denúncias

Alerj aprova política de prevenção e combate ao golpe do falso advogado

O Estado do Rio poderá contar com uma política específica para prevenir e combater o chamado ‘golpe do falso advogado’ e outras fraudes eletrônicas relacionadas a processos judiciais. O Projeto de Lei 6.560/25 foi aprovado em primeira discussão pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), na última terça-feira (01). A medida ainda precisa passar por uma segunda votação na casa. A proposta, de autoria do deputado Renato Miranda (PL), cria a Política Estadual de Prevenção e Combate a Fraudes Processuais Eletrônicas e ao ‘golpe do Falso Advogado’, com o objetivo de proteger cidadãos, advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ) e instituições públicas estaduais contra práticas fraudulentas realizadas por meios digitais. Entre as medidas previstas estão campanhas educativas permanentes para orientar a população sobre como identificar contatos falsos, reconhecer comunicações oficiais e verificar a autenticidade de advogados.

12 varas da Justiça do Trabalho no Rio

Em votação na última terça-feira (1º), a Câmara dos Deputados aprovou a criação de 12 varas da Justiça do Trabalho no estado do Rio de Janeiro. O Projeto de Lei nº 1400/15, sob relatoria do deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), prevê ainda a criação de 24 cargos de juiz do trabalho e 156 de analista judiciário, entre outros. A partir de agora, o projeto de lei será analisado pelo Senado.

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ampliação do atendimento era pedido da OAB-RJ

Em todo o estado

As novas varas trabalhistas serão criadas em cidades como Angra dos Reis, Barra do Pirai, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaperuna, Magé, Petrópolis e Rio de Janeiro. A conquista é um pleito antigo da OAB-RJ, que vem sendo debatido com o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e com associações de magistrados. No campo político, a tramitação do projeto teve apoio dos deputados federais Marcello Crivella (Republicanos-RJ), relator, e Lindbergh Farias (PT).

‘Vitória para advocacia e sociedade’

“Essa é uma vitória muito importante para a advocacia e para toda a sociedade. Há mais de um ano temos trabalhado incansavelmente pela ampliação das varas do trabalho no estado, em resposta às necessidades de diversas regiões que enfrentam um elevado volume de processos”, comemorou a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio. A 1ª Região da Justiça do Trabalho não registra ampliação no número de varas desde 2012

Cenário econômico

Os desafios econômicos de 2027 estiveram no centro do debate promovido pelo Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV), no Rio. O encontro “Panorama Econômico para tomada de decisão em 2027”, realizado no último dia 31, reuniu especialistas para discutir perspectivas e fatores que devem influenciar decisões estratégicas no próximo ano.

Rio otimista

O tom do encontro foi de otimismo em relação ao Rio de Janeiro. Especialistas apontaram que a reforma tributária, ao priorizar a tributação no destino, poderá favorecer a arrecadação estadual. O grande mercado consumidor fluminense aparece como um dos fatores capazes de ampliar os efeitos positivos da mudança.

Força logística

Além do potencial de consumo, o Rio tem outros ativos considerados estratégicos. A infraestrutura logística, com destaque para o Porto do Açu, e a forte presença da indústria de petróleo e gás foram apontadas como vantagens competitivas que podem contribuir para o crescimento e atrair novos investimentos.

Visão empresarial

Organizado por Gilvan Bueno, diretor regional do IRELGOV e comentarista de economia da CNN, e Julia Nicolau, da Firjan, o encontro também contou com Priscila Sakalem, Breno Medeiros e André Senna Duarte. Os especialistas abordaram tributação, petróleo, competitividade e os cenários que deverão orientar empresas em 2027.

Ministro de Renan

Voltando para o tema política, e agora paulista, o candidato à Presidência Renan Santos anunciou o professor e escritor Paulo Cruz como seu convidado para comandar o Ministério da Educação (MEC) em um eventual governo. Ao apresentar o nome, Renan destacou a trajetória intelectual de Cruz e o classificou como uma das figuras mais inspiradoras do país na área educacional.

Educação real

Ao justificar a escolha, Renan afirmou que Paulo Cruz conhece os problemas estruturais do ensino brasileiro e defendeu um ministro disposto a enfrentá-los sem soluções que considera superficiais. Segundo o candidato, Cruz “entende a política da educação” e conhece os desafios reais da área.



Alcolumbre comemora com Leila Barros a aprovação

Congresso aprova fim da taxa das blusinhas

MP propõe, porém, um monitoramento do impacto

Por **Beatriz Matos**

Câmara e Senado concluíram nesta quinta-feira (3) a aprovação da medida provisória que permite zerar o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, encerrando uma corrida do governo e dos presidentes das duas Casas, Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para impedir que a chamada taxa das blusinhas voltasse a ser cobrada.

A MP perderia validade na próxima terça-feira, dia 8, caso o Congresso não concluísse a análise. A Câmara aprovou o texto durante a tarde e, horas depois, o Senado confirmou a medida, encerrando a tramitação parlamentar.

A proposta autoriza o Ministério da Fazenda a reduzir a zero a alíquota do Imposto de Importação para remessas internacionais de até US\$ 50. Para compras de valores superiores, até US\$ 3 mil, o governo poderá reduzir a alíquota para até 30%.

O texto aprovado é resultado de uma negociação conduzida pela relatora da MP, senadora Leila Barros (PDT-DF), com representantes do setor produtivo, que vinham pressionando o Congresso

por mecanismos capazes de acompanhar os efeitos da retirada da tarifa sobre a indústria nacional.

O principal acordo foi a criação de avaliações periódicas sobre os impactos econômicos da medida.

A primeira análise deverá ocorrer três meses após a implementação. Depois disso, o Ministério da Fazenda fará avaliações semestrais e o Congresso deverá acompanhar anualmente os resultados.

Os levantamentos deverão considerar, entre outros pontos, os efeitos sobre emprego e renda, competitividade das empresas brasileiras, preços, volume das importações e arrecadação.

Setores considerados mais expostos à concorrência de produtos estrangeiros, como vestuário, calçados, acessórios, brinquedos e cosméticos, terão acompanhamento específico.

A proposta também dá ao governo instrumentos para combater o uso da isenção por importadores profissionais. Poderão ser estabelecidos limites de quantidade ou frequência das compras feitas por uma mesma pessoa física, com o objetivo de evitar o fracionamento de encomendas destinadas, na prática, à atividade comercial.